

DIVERSIDADE CULTURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Márcia Perez de Vilhena Paiva, Monica Franchi Carniello, Adriana Leônidas de Oliveira

Universidade de Taubaté/Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional
Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Centro, 12020-330, Taubaté, SP - Brasil
mpvpaiva@yahoo.com.br; monicafcarniello@gmail.com; adrianaleonidas@uol.com.br

Resumo- Este artigo pretende discutir a necessidade de que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam sensíveis à diversidade cultural. Não existe um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento associado essencialmente ao crescimento econômico desordena as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica. O artigo aborda a “cultura e diversidade cultural”, o “desenvolvimento sustentável” e as “intersecções entre a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável”. Verificou-se que as estratégias para o desenvolvimento sustentável não podem seguir padrões monoculturais, sendo fundamental que levem em conta a diversidade cultural, uma vez que os fatores culturais têm papel determinante nos comportamentos consumistas, nos valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza. As soluções e os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento sustentado são estabelecidos mediante o diálogo intercultural.

Palavras-chave: diversidade cultural, desenvolvimento sustentável

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Decisores e atores sociais devem investir na diversidade cultural para o diálogo intercultural na construção de estratégias para o desenvolvimento sustentável, na garantia do exercício das liberdades e dos direitos humanos e no fortalecimento da coesão social e da boa governança (UNESCO, 2009).

No contexto da globalização, a preservação da identidade cultural e o fomento do diálogo intercultural adquirem uma nova projeção e tornam-se mais urgentes. O diálogo intercultural desempenha papel essencial como elo e, ao mesmo tempo, fortalecedor da diversidade das expressões culturais mediante processos de interação mútua, apoio e reforço da autonomia (UNESCO, 2009).

A diversidade cultural é uma dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável. E contrariamente ao que se supõe, não existe um caminho pré-determinado para o desenvolvimento de cada sociedade, tampouco um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento como processo essencialmente econômico, conforme o modelo capitalista ocidental, tende a desordenar as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. As estratégias de desenvolvimento sustentável não podem permitir-se ser culturalmente neutras. Devem não somente ser sensíveis à dimensão cultural, mas

também devem aproveitar os benefícios oriundos da interação entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento mais sensível à diversidade é a chave para lutar contra os problemas socioeconômicos e do meio ambiente com os quais o planeta se confronta. Torna-se essencial levar em conta os fatores sociais e o contexto cultural, assim como a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos (UNESCO, 2009).

O objetivo deste artigo é discutir a necessidade de que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam sensíveis à diversidade cultural.

Metodologia

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória e bibliográfica com consulta em material publicado em livros, artigos, relatórios e revistas científicas periódicas e eletrônicas disponíveis em bases de dados (*web sites*), referentes ao assunto, a fim de se obter embasamento teórico sobre o tema. Esta pesquisa bibliográfica buscou compreender importantes conceitos da área de Diversidade Cultural, a fim de compreender como a mesma está inserida no processo de Desenvolvimento Sustentável.

Resultados

Cultura e diversidade cultural

Na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, encontramos a seguinte definição de cultura:

[...] a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2002, p. 1).

Segundo consta na Declaração sobre a Raça (UNESCO, 1950), as diferenças culturais se explicam, antes de tudo, pela história cultural de cada grupo, e dois fatores que tiveram um papel preponderante na evolução do homem são a sua faculdade de aprender e a sua plasticidade, sendo que o nível das aptidões mentais, segundo revelam as pesquisas científicas, é quase o mesmo em todos os grupos étnicos.

A diversidade cultural é uma das principais preocupações da UNESCO, cujos principais propósitos, conforme sua Constituição (UNESCO, 1945), são: promover colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura; fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; não fazer distinção de raça, sexo, idioma ou religião. Para realizar esses propósitos, entre outras funções, a Organização deve: colaborar no avanço do conhecimento e entendimento mútuos entre os povos; instituir a colaboração entre as nações para fazer avançar o ideal da igualdade de oportunidades educacionais, sem levar em consideração raça, sexo ou quaisquer distinções, de natureza econômica ou social; estimular a cooperação entre as nações em todos os ramos de atividade intelectual, incluindo o intercâmbio internacional de pessoas ativas nos campos da educação, da ciência e da cultura. Na eleição dos Membros da Diretoria Executiva, é levada em consideração a diversidade de culturas e a distribuição geográfica equilibrada.

As declarações da UNESCO evidenciam uma preocupação com o respeito e a preservação da diversidade cultural. No ano 2000, proclamado "O Ano Internacional da Cultura da Paz" pela Assembléia Geral das Nações Unidas, um grupo de laureados com o Prêmio Nobel da Paz elaborou, por ocasião do 50º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Manifesto 2000, intitulado "Por uma cultura de paz e não-violência". A diversidade cultural é defendida no item nº 4: "Ouvir para compreender - Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural privilegiando sempre o diálogo sem ceder ao fanatismo, à difamação e à rejeição" (UNESCO, 2000). Em 2002 foi redigida a

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, afirmando que o respeito à diversidade cultural, à tolerância, ao diálogo, à cooperação, à confiança e ao entendimento mútuo, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais, cultural e exigem humildade intelectual (UNESCO, 2002). Em 2005 foi redigida a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, afirmando que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade, constituindo patrimônio comum da humanidade, a ser valorizado e cultivado em benefício de todos (UNESCO, 2005).

As ciências humanas têm se afastado da diversidade da Humanidade e das exigências de preservação da biodiversidade, como sugere a atualidade do "desenvolvimento sustentável". O próprio debate internacional sobre as restrições ambientais é vinculado a uma discussão sobre os limites da cultura de domínio e de acumulação do capitalismo (WEBER, 1964 apud ZAOUAL, 2003).

Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é o processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades atuais e as aspirações futuras. O projeto "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável", do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tem por objetivo acompanhar a sustentabilidade do padrão de desenvolvimento do país. Seus resultados são anualmente apresentados na publicação "Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS", que teve início em 2002 (IBGE, s.d.).

A degradação ambiental e suas catastróficas consequências ao planeta, a partir do século XIX, originaram estudos e as primeiras reações no sentido de se conseguir fórmulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente. Na reunião do Clube de Roma em 1948, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, constatando a falência dos recursos naturais, e solicitaram um estudo que foi intitulado Limites do Crescimento. Esse estudo mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do descontrolado crescimento populacional e da superexploração dos recursos naturais, e lançou subsídios para a idéia do desenvolvimento aliado à preservação (TAGORE, 2009).

A Organização das Nações Unidas - ONU, com a intenção de discutir e encontrar soluções para esse problema, promoveu a Conferência de Estocolmo em 1972, que resultou na criação da

Declaração sobre o Ambiente Humano, a qual introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Essa declaração determina garantia às gerações presentes e futuras de um reconhecido direito à vida num ambiente sadio e não degradado (TAGORE, 2009).

A ONU criou, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland), presidida por Gro Harlem Brundtland, com os objetivos de tratar as questões críticas relativas ao meio ambiente, formular propostas para abordá-las, propor formas de cooperação internacional nesse campo, orientar políticas e ações para as mudanças necessárias, oferecer compreensão sobre esses problemas e incentivar indivíduos, organizações e governos a uma atuação mais firme (TAGORE, 2009).

Em 1987, a Comissão recomendou a criação de uma nova carta ou declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, dando origem ao Relatório Brundtland, publicado com o título "Nosso Futuro Comum". O documento propôs integrar o desenvolvimento econômico à questão ambiental, o que fez surgir não apenas um novo termo, mas uma nova forma de progredir. Para isso, o governo deve adotar medidas tais como: limitação do crescimento populacional; garantia de alimentação em longo prazo; preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores (TAGORE, 2009).

Nesse Relatório encontramos o seguinte conceito de desenvolvimento sustentável:

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável - de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas (CMMAD, 1991, p. 9).

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem. O

desenvolvimento econômico é vital para os países mais pobres, mas o caminho a seguir não pode ser o mesmo adotado pelos países industrializados. Mesmo porque não seria possível (WWF-BRASIL, s.d).

Ao invés de aumentar os níveis de consumo dos países em desenvolvimento, é preciso reduzir os níveis observados nos países industrializados. Os crescimentos econômico e populacional das últimas décadas têm sido marcados por disparidades. Embora os países do Hemisfério Norte possuam apenas um quinto da população do planeta, eles detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial (WWF-BRASIL, s.d).

A Agenda 21 é um plano abrangente de ação a ser tomada em nível mundial, nacional e local por organizações do Sistema das Nações Unidas, governos, e *Major Groups* em cada área em que os humanos impactam sobre o meio ambiente. A Agenda 21, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e a Declaração de Princípios para a Gestão Sustentável das Florestas foram adotadas por mais de 178 governos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (UNITED NATIONS, 2009).

A Comissão de Desenvolvimento Sustentável - CDS foi criada em 1992 para assegurar um acompanhamento eficaz da CNUMAD, monitorar e informar sobre a implementação dos acordos em nível local, nacional, regional e internacional. Foi acordado que uma revisão de cinco anos do progresso da Cúpula da Terra seria feito em 1997 pela reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas em sessão extraordinária (UNITED NATIONS, 2009).

A plena implementação da Agenda 21, o Programa para Prossecução da Implementação da Agenda 21 e os compromissos com os princípios do Rio, foram fortemente reafirmados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (*World Summit on Sustainable Development - WSSD*), realizada em Johannesburgo, África do Sul, em 2002 (UNITED NATIONS, 2009).

O preâmbulo da Agenda 21 alerta sobre a deterioração contínua dos ecossistemas, e, dedicando-se mais atenção às preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. A Agenda 21 está voltada para os problemas de hoje e ainda preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e

um compromisso político no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental (UNITED NATIONS, 1992).

Intersecções entre a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável

Segundo o Relatório Mundial da UNESCO (UNESCO, 2009), não existe um caminho pré-determinado para o desenvolvimento de cada sociedade, nem um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento essencialmente econômico, conforme o modelo ocidental, desordena as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. As estratégias de desenvolvimento sustentável não podem ser culturalmente neutras, mas devem ser sensíveis à dimensão cultural, e aproveitar os benefícios da interação entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento sensível à diversidade é a chave para lutar contra os problemas socioeconômicos e do meio ambiente.

Na visão do mundo industrializado, existe relação entre cultura e subdesenvolvimento, ou, entre valores ocidentais e bons resultados econômicos. Questiona-se cada vez mais a equação que iguala desenvolvimento à soma de lucro com acumulação de bens materiais. Ao ignorar a diversidade cultural, as estratégias de desenvolvimento estão agravando esses malefícios que deveriam evitar. É essencial levar em conta os fatores sociais com o contexto cultural, e também a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos (UNESCO, 2009).

Após a elaboração do modelo de desenvolvimento humano pelo PNUD, nos anos 1990, passou-se a dar maior importância à integração da dimensão cultural na reflexão e nos projetos de desenvolvimento. A diversidade cultural é dimensão crucial nas estratégias que consideram a sustentabilidade como elemento que facilita a integração dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento. A diversidade é dimensão chave do desenvolvimento sustentável, pois as culturas são trajetórias dirigidas ao futuro. Deve-se permitir aos indivíduos e aos grupos serem os atores do seu próprio desenvolvimento. As políticas sociais a favor da diversidade cultural aumentam o nível de autodeterminação das minorias de baixos rendimentos ou de baixo estatuto, restaurando nelas a consciência da sua dignidade (UNESCO, 2009).

É fundamental abordar o desenvolvimento levando em conta as diferenças culturais para fazer face aos problemas econômicos, sociais e ambientais. A diversidade cultural desempenha

papel fundamental na resposta aos desafios ecológicos e na promoção de um meio ambiente sustentável, uma vez que os fatores culturais têm papel determinante nos comportamentos consumistas, nos valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza. Existem vínculos entre a biodiversidade e a diversidade cultural, mesmo que tenham evoluído de maneira distinta. A correspondência entre uma e a outra estão na diversidade linguística, na cultura material, no saber, na tecnologia, nos modos de subsistência, nas relações econômicas, nas relações sociais e nos sistemas de crenças. As práticas culturais locais podem contribuir para a revitalização da diversidade biológica, agrícola, etc. As expressões e práticas culturais estão frequentemente ligadas a certas condições ambientais, portanto mudanças ambientais terão repercussão na diversidade cultural. O deslocamento maciço de populações, como por exemplo, das zonas rurais, é uma ameaça para a continuidade e diversidade culturais. O prisma de análise da diversidade cultural contribui para decisores e responsáveis políticos tornarem mais operacionais normas e modelos, com o objetivo de concederem à diversidade cultural o lugar que lhe pertence na concepção, elaboração e implementação dos programas (UNESCO, 2009).

Para Shiva (2001 apud FERIOTTI e CAMARGO, 2008), a preservação tanto da diversidade cultural quanto da biodiversidade, onde as questões ecológicas se combinam com a justiça social, a paz e a democracia, é condição básica para a sustentabilidade e a auto-regulação, tanto social quanto natural. Tratar a diversidade como ameaça, perversão, fonte de desordem, doença ou deficiência, dá origem à violência, pois a diversidade não pode ser submetida a um controle centralizador que visa à homogeneização coercitiva. Isto leva à destruição da pluralidade da sociedade, de suas culturas e identidades locais e de sua capacidade de auto-organização. Processos de homogeneização não eliminam a diversidade, mas transformam-na em experiências de competição e exclusão, tornando a intolerância à diversidade uma nova doença social. Em vez de permitir auto-organização, gera comunidades vulneráveis ao medo e à insegurança, ao colapso e à violência, à decadência e à destruição. Na história das colonizações e no processo de globalização, cada vez que se tentou eliminar diversidade e impor homogeneidade, foram instaladas a desordem e a desintegração. Para garantir condições de sobrevivência, rumo a uma sociedade sustentável e justa, deve-se fazer as pazes com a diversidade.

Segundo Dürmaier (2008), a sustentabilidade deve ser simultaneamente global e local. O desenvolvimento sustentável não pode seguir padrões uniformes ou uma orientação monocultural. A sustentabilidade assume a responsabilidade com gerações vindouras, mobilizando uma compreensão particular de espaço, de tempo e também de humanidade. Através dela, vislumbram-se relações e interações humanas mais justas e responsáveis. A sustentabilidade requer a solução de alguns desafios para sua concretização na vida coletiva de cidadãos culturalmente diversos. Uma educação para a transformação auto-sustentada de um mundo complexo é central. É necessária a formulação de uma educação para a sustentabilidade (educação em si mesma sustentável), envolvendo autocompreensão interdisciplinar no âmbito de desafios interculturais. A educação para a sustentabilidade precisa compor-se com a transformação da rede de relações entre universidade, setor produtivo e governo determinada pelas exigências da economia baseada no conhecimento da chamada sociedade da informação. A sustentabilidade como alternativa educacional precisa substanciar a educação para a promoção da cidadania, da democracia, do desenvolvimento responsável e do bem comum. Cabe à universidade (“universidade sustentável”) desenvolver os mecanismos, integrando o desenvolvimento sustentável nas pesquisas que promove e nos projetos pedagógicos pelos quais capacita recursos humanos. Competências comunicativas são fundamentais. A função da universidade no horizonte da sustentabilidade potencializa suas responsabilidades e compromissos educacionais, políticos, sociais e econômicos, como agente na transferência do conhecimento, na formação de recursos humanos, na produção de riqueza e bem-estar, protegendo, construindo, transformando a cultura em que está localmente inserida. Os dilemas morais produzidos pela civilização técnica nas culturas assumem o conhecimento como meio de coordenação social, de produção de bens e desenvolvimento sustentado. As soluções e os caminhos a serem seguidos são estabelecidos mediante o diálogo intercultural, que requer o direito à comunicação e o direito à identidade cultural ou autonomia.

Discussão

Este artigo fez uma abordagem sobre cultura, que é o conjunto dos distintos traços espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver

juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. Foi abordada neste artigo a diversidade cultural, que se explica pela história cultural de cada grupo, e dois fatores que tiveram papel preponderante na evolução do homem são a sua faculdade de aprender e a sua plasticidade, sendo que o nível das aptidões mentais é quase o mesmo em todos os grupos étnicos. Por ser característica essencial da humanidade, a diversidade cultural deve ser valorizada e cultivada. Este artigo abordou o desenvolvimento sustentável, com uma exposição da preocupação de organizações internacionais com o meio ambiente, criando comissões, declarações, relatórios e agendas com propostas de um desenvolvimento sustentável, que vem a ser o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, ou seja, sem suprimir os recursos naturais. Este artigo apresentou as intersecções entre a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade deve ser simultaneamente global e local, e as estratégias para o desenvolvimento sustentável não podem seguir padrões monoculturais, sendo fundamental que levem em conta a diversidade cultural, uma vez que os fatores culturais têm papel determinante nos comportamentos consumistas, nos valores relativos à gestão de recursos ambientais e nas interações com a natureza. Também é necessária a formulação de uma educação para a sustentabilidade, compondo-se em uma rede de relações entre universidade, setor produtivo e governo, determinada pelas exigências da economia. As soluções e os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento sustentado são estabelecidos mediante o diálogo intercultural.

Conclusão

Este artigo procurou discutir a necessidade de que as estratégias de desenvolvimento sustentável sejam sensíveis à diversidade cultural. Não existe um modelo único a ser seguido pelas estratégias de desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento associado essencialmente ao crescimento econômico desordena as sociedades que procuram seguir outros caminhos ou que promovem valores distintos. As estratégias de desenvolvimento sustentável não podem ser culturalmente neutras, mas devem ser sensíveis à dimensão cultural, e aproveitar os benefícios da interação entre as diferentes culturas. Uma perspectiva de desenvolvimento sensível à diversidade é a chave para lutar contra os problemas socioeconômicos e do meio ambiente. Ao ignorar a diversidade cultural, as estratégias de

desenvolvimento estão agravando os malefícios que deveriam evitar, tais como a visão de que existe uma relação entre cultura e subdesenvolvimento, e entre desenvolvimento e acumulação de bens materiais, ou, em outras palavras, entre os valores ocidentais e os bons resultados econômicos. É essencial levar em conta os fatores sociais com o contexto cultural, e também a participação da comunidade na preparação e execução dos projetos econômicos. É necessário dar maior importância à integração da dimensão cultural na reflexão e nos projetos de desenvolvimento.

Referências

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DÜRMAIER, A.T.M.C. Ética intercultural da informação e sustentabilidade. **Kalagatos - Revista de Filosofia**. Fortaleza, v. 5, n. 9, 2008. Disponível em: <http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V5N9_etica_intercultural_sustentabilidade.pdf>. Acesso em 13 fev. 2012.

FERIOTTI, M.L.; CAMARGO, D.M.P. Diversidade, educação, cultura e sustentabilidade: relacionando conceitos. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 32, p. 359-366, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/63/359-366.pdf>. Acesso em 10 mar. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desenvolvimento sustentável**: Indicadores ambientais e sociais. Rio de Janeiro, s.d. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=16>. Acesso em 11 mar. 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento humano e IDH**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em 07 abr. 2012.

TAGORE, V. O que é desenvolvimento sustentável. **Revista Meio Ambiente**. Thesaurus Editora. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.revistameioambiente.com.br/2009/03/12/o-que-e-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em 09 abr. 2012.

THE WORLD BANK. **How we classify countries**. Washington, 2010. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/about/country-classifications>>. Acesso em 01 abr. 2012.

_____. **World Development Indicators data**. Washington, 2010. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/about/world-development-indicators-data>>. Acesso em 01 abr. 2012.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Londres, 1945. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2012.

_____. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões Culturais**. Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2011.

_____. **Declaração sobre a raça**. Paris, 1950. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001282/128291eo.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2012.

_____. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. Paris, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2010.

_____. **Manifesto 2000**: Por uma cultura de paz e não-violência. Paris, 2000. Disponível em: <<http://www3.unesco.org/manifesto2000/pdf/bresili/en.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2011.

_____. **Relatório mundial da UNESCO**: investir na diversidade cultural e no diálogo. Paris, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>. Acesso em 04 mar. 2012.

UNITED NATIONS. **Agenda 21**. New York, 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/index.shtml>>. Acesso em 09 abr. 2012.

_____. **United Nations conference on environment & development: Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>>. Acesso em 09 abr. 2012.

WWF-BRASIL. **O que é desenvolvimento sustentável?** Brasília, s.d. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/>. Acesso em 12 fev. 2012.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.